

**Estudo mostra que o expressivo crescimento econômico brasileiro em 2004 proporcionou ganhos para os trabalhadores superiores aos dos reajustes dados ao salário mínimo**

# Renda depende de PIB maior

SANDRA KIEFER

O crescimento da economia registrado em 2004, de 4,9%, proporcionou ganho maior para a renda do trabalhador do que os aumentos reais do salário mínimo nos dois anos seguintes. Essa é a principal conclusão de um estudo do economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro. A maior expansão do Produto Interno Bruto (PIB) dos últimos anos gerou emprego (2,4 milhões de postos de trabalho, sendo 1,6 milhões formais) e ainda distribuiu renda, proporcionando, segundo ele, uma "forte redução" da desigualdade no país, que registrou o nível mais baixo desde 1976.

Em outras palavras, Neri comprovou, na realidade atual brasileira, a tese de que é o crescimento do PIB a melhor forma de gerar empregos e distribuir renda. "O ano de 2001 contrariou todos manuais da nova economia, onde se lê que existe uma estagnação trabalhista permanente no Brasil; que a desigualdade no país é alta e não cai apenas com o crescimento econômico; que o crescimento não gera emprego formal", afirma o pesquisador, com base no estudo "Redistribuição Trabalhista Recente", publicado recentemente pela FGV.

Neri alerta ainda que o fator favorável à distribuição de renda em 2004, não foi o reajuste do sa-



Trabalhadores em fábrica de calçados: expansão da economia trouxe salários maiores em 2004

lário mínimo, que ganhou ênfase no governo Luiz Inácio Lula da Silva com a sua política de recuperação salarial. Ao contrário, naquele ano não houve aumento real do mínimo (que subiu de R\$ 200 para R\$ 240, apenas repondo a inflação) e foi o único em que a pobreza trabalhista caiu de fato. Nos dois últimos anos, 2005 e

2006, em que o mínimo recebeu aumento real de 9% e de 13%, o gráfico da desigualdade de renda per capita "não arredou um milímetro", segundo Neri. "O aumento do salário mínimo pode até ser um bom remédio contra a pobreza, mas que não faz mais efeito no Brasil", completa.

Na mesma semana da divul-

gação do estudo pela FGV, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Fundação Seade, vieram a público contestar a afirmação de que os aumentos do salário mínimo acima da inflação não reduzem a pobreza e a desigualdade social. Em entrevista ao

**A expansão do país em 2004, a maior dos últimos anos, gerou 2,4 milhões de empregos formais e forte redução da desigualdade social**

já teve o seu tempo. Em dois anos, o salário mínimo recebeu reajuste de quase 25%, em termos reais, e não estamos colhendo os resultados".

O economista defende a tese de que, com os últimos ganhos do salário mínimo, o piso salarial tenha atingido uma espécie de "teto", em termos de impacto favorável na queda da pobreza trabalhista. "Em outras palavras, talvez estejamos próximos do valor máximo do salário mínimo em termos de impactos favoráveis na pobreza, pelo menos sob a ótica trabalhista", explica. Para ele, o salário mínimo era importante instrumento de distribuição de riqueza quando não havia como se chegar ao pobre. "Hoje, as tecnologias de combate à pobreza melhoraram", acrescenta Neri. Ele cita, por exemplo, o "efeito Bolsa-família", responsável por dois terços do crescimento da renda das classes menos favorecidas, que subiu 3,07% entre 2001 e 2004, enquanto a renda do brasileiro caiu 1,35% no mesmo período.

Mas o fenômeno da geração de empregos via crescimento ainda é a melhor receita, na opinião de Marcelo Neri. "A grande estrela da distribuição da renda naquele ano é realmente o trabalho, que contraria o que havia ocorrido em anos anteriores. É melhor assim, porque a renda do trabalho não é como uma bolsa-família que depende de uma decisão administrativa", conclui.

Estado de Minas, Neri rebate duramente as críticas: "Se eles conseguirem me desmentir com base em números, eu vou achar ótimo. Há 10 anos, eu fui o primeiro no país a avisar que o Real havia diminuído a pobreza e que o salário mínimo teve um papel importante no processo. Mas a política do mínimo

EULLER JÚNIOR/EM - 24/3/06

## ENTREVISTA/MARCELO NERI

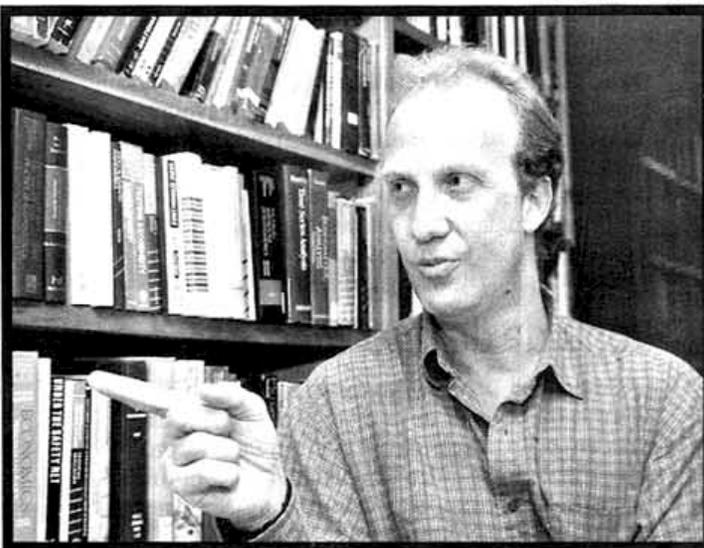
“2004 contrariou todos os manuais de economia”

# Aumento do mínimo é nulo

FABIO MOTTA/AE - 12/7/01

**Por que, em seu estudo para a Fundação Getúlio Vargas, 2004 aparece como um marco na história da economia brasileira?**

Em termos gerais, a desigualdade vem caindo desde 2001, mas em 2004, dobrou o ritmo da redução. Naquele ano, o crescimento da economia proporcionou a geração de 2,4 milhões de emprego, sendo que, desses, 1,6 milhão foram formais. O ano de 2004 contrariou todos os manuais de economia, onde se lê que existe uma estagnação trabalhista permanente no Brasil; que a desigualdade no país é alta e não cai apenas com o crescimento econômico; que o crescimento não gera emprego formal.



**A que o senhor atribui o crescimento em 2004?**

No ano anterior, em 2003, o governo Lula soube limpar as expectativas do perigo de intervenção nos mercados, que havia derrubado a economia brasileira desde que ele apareceu como provável vitorioso nas eleições de 2002. O fim da incerteza política, quando Lula manteve o mesmo crescimento do ano anterior, provocou um salto nos indicadores brasileiros em 2004. Foi o mesmo efeito de 10 anos antes, quando o Plano Real acabou com a inflação, gerando um choque de credibilidade dos empresários, dos investidores e exportadores na economia brasileira. Nesses dois momentos, há uma mudança no quadro de incerteza, o que propicia o aumento do emprego formal. Uma empresa só contrata formalmente quando acha que não terá de demitir o funcionário em pouco tempo. Em momentos como esse, em que aumenta a confiança no país, a sociedade começa a fazer planos e a olhar para o futuro. Enfim, o choque de credibilidade de 2004 foi uma espécie de Real do Lula, mas com um aumento da credibilidade ainda mais forte do que a do Plano Real propriamente dito, quando os pobres começaram a comer mais frango, a ter dentaduras, a consumir iogurtes.

**Mas qual foi o fator de distribuição de renda naquele ano?**

Em 2004, ano em que não houve reajuste do salário mínimo em termos reais, foi o único em que a pobreza trabalhista caiu. A grande queda da desigualdade ocorreu entre maio e setembro daquele ano, embora o mínimo tenha passado de R\$ 240 para R\$ 260, apenas repondo a inflação do período, sem ganho real. Nos dois últimos anos, em que o mínimo recebeu aumento real de 9% em 2005 e de 13% agora, a pobreza não arredou um milímetro. Para aqueles que presenciaram os efeitos dos reajustes do mínimo de outras datas, como em maio de 1995, os resultados são desapontadores – a série de desigualdade de renda per capita não simplesmente não se altera próximo ao período dos reajustes, nem o reajuste mais forte de 2006 parece ter impactado as séries. O aumento do salário mínimo pode até ser um remédio contra a pobreza, mas que não faz mais efeito no Brasil. O efeito da vacina se esvaiu, porque o valor do salário mínimo praticamente dobrou em 10 anos (cresceu 94% desde 1996), ‘imunizando’ boa parte da população ocupada. Com isso, o efeito trabalhista do aumento do salário mínimo foi perdido.

**Se o salário mínimo não mais reduz a pobreza no país, qual é então a melhor política de distribuição de renda?**

Há 10 anos, fui o primeiro no país a avisar que o real havia diminuído a pobreza e que o salário mínimo teve um papel importante no processo. Mas a política do mínimo já teve o seu tempo. Quando não havia como se chegar ao pobre, o salário mínimo era o melhor vetor. Hoje, as tecnologias de combate à pobreza melhoraram. Para isso, é preciso dar um choque de gestão na política pública brasileira. A sociedade brasileira tem cada vez mais gastos sociais, mas precisa escolher melhor os programas, na medida em que o orçamento é limitado. O que não pode ocorrer é o antigo (aumento do salário mínimo) e o novo programa social (Bolsa-família) continuarem a conviver juntos.

**Existe outro caminho?**

O desafio dessa década é a redução da desigualdade, mas com crescimento econômico. A grande estrela da distribuição da renda em 2004 é realmente o trabalho, que contraria o que havia ocorrido em anos anteriores. É melhor assim, porque a renda do trabalho não é como o Bolsa-família que depende de decisão administrativa.